

*Produção e organização do conhecimento em Ciências Sociais: o caso do “Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo”*

(Trabalho final de curso - 1º semestre de 2006)

*Janaína Tude Sevá*

Rio de Janeiro, Agosto de 2006

## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<i>O Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo</i>	5
<b>O documento enquanto objeto: posição e trajetória</b>	<b>6</b>
<i>Arranjos e séries: justificativas de construção e definição</i>	9
<b>O arquivo enquanto campo: interdependência entre organização e pesquisa</b>	<b>11</b>
<i>A hierarquização de temas e objetos de pesquisa</i>	13
<b>ANEXOS</b>	<b>17</b>
<i>ANEXO I</i>	17
<i>ANEXO II</i>	20
<i>ANEXO III</i>	21
<i>ANEXO IV</i>	23

“ (...) não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência das lutas dessas classificações e sem se tomar em linha de conta a posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos, quer se trate de simples particulares (...) quer se trate de profissionais autorizados – e entre eles todos os que falam ou escrevem a respeito das classes sociais e que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado, detentor do monopólio da nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem” (Bourdieu, 2005:149)

## **Apresentação**

O presente trabalho tem por objetivo apontar os passos teóricos e metodológicos seguidos na constituição do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ. A idéia é mapear as discussões que permeiam o campo das ciências sociais no que diz respeito à produção e organização do conhecimento, por meio da análise das etapas realizadas no processo de construção deste acervo. O meu universo temático e conceitual está delimitado numa clara relação entre os temas presentes na documentação do acervo e os debates teóricos da sociologia rural, e virá a tona na exposição sobre as experiências de estruturação do arranjo do acervo e de construção dos instrumentos de pesquisa, bem como no recorte feito na bibliografia do curso Metodologia de Pesquisa I relativo à memória, às fontes documentais, às formas de linguagens e relações sociais que estão no centro destas formas.

A articulação entre pensamento social e política permeia esta reflexão sobre a minha experiência neste Núcleo e, de um certo modo, a minha trajetória profissional de cientista social marcada pela interface direta com a organização de acervos documentais pessoais e históricos relacionados às áreas de antropologia, política, sociologia, história, das ciências sociais. Os temas levantados na documentação, bem como as categorias analíticas e

políticas, é que permitem ao pesquisador vislumbrar uma organicidade, por meio de conexões, de ligações, relações, lapsos; enfim os indícios que conferem alguma forma ao arranjo através do qual é possível recuperar as dinâmicas da ação social dos trabalhadores rurais, a elaboração e/ou execução de políticas públicas para o campo e a produção intelectual correspondente.

Veremos que esta dupla tarefa empreendida pelos pesquisadores que originaram, acumularam e organizaram esta documentação e produziram inúmeras análises sobre este material, é que fundamenta a nossa reflexão no sentido de uma percepção de que são tarefas simultâneas e correlatas: a ordenação e a pesquisa deste volume documental. Ao verificarmos os doadores deste acervo e suas produções intelectuais acerca das questões rurais e agrárias no Brasil contemporâneo, podemos nos perguntar: esta simultaneidade não é uma característica própria dos trabalhos da área de ciência sociais? Não seriam estes esforços anteriores delineadores dos estudos rurais, na busca de uma perspectiva mais ampla, diversificada e com múltiplas dimensões, que dessem conta da realidade social e econômica no campo para além dos aspectos estruturais, dos dados conjunturais e dos discursos dos sujeitos?

## **Introdução**

Esforços no sentido de valorizar, resgatar e preservar a memória social em todos os seus suportes físicos e virtuais são fundamentais para dar prosseguimento à produção de conhecimento. Mesmo que de maneira isolada, as lutas sociais no campo vêm sendo objeto de iniciativas de preservação e de resgate pelos centros de memória criados por instituições representantes dos trabalhadores rurais organizados como o Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, o Centro de Documentação do Movimento Sindical e o Centro de Memória Sindical, dentre muitos outros. Contudo, muitas lacunas são perceptíveis nesta longa e difícil tarefa de preservação, o que nos leva a outra questão determinante para a escolha do tema deste trabalho: a constatação de que no tema “lutas no campo e memória sindical”, poucos são os esforços de registro de dados e informações que possibilitem constituir um centro de documentação e referência que organize e disponibilize a documentação histórica para a realização de pesquisas acadêmicas.

*O Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo*<sup>1</sup>

O presente Núcleo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado *Movimentos sociais, mudanças políticas e culturais: uma leitura a partir dos trabalhadores rurais*<sup>2</sup> que, por sua vez, integra o grupo de pesquisa do CNPq de nome “Movimentos sociais, relações de poder e políticas públicas no campo”, ambos coordenados pela professora Leonilde Medeiros do CPDA/UFRRJ.

Em abril de 2003 foi dado início ao projeto de organização e constituição do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo. A primeira etapa do trabalho foi encerrada em dezembro desse mesmo ano<sup>3</sup>. As principais atividades realizadas, após essa fase preliminar, foram a descrição da documentação até então classificada; a construção de uma planilha e de um guia de consulta e a reconfiguração do Núcleo em setores e do setor de documentação em conjuntos temáticos.

A documentação que compõe o acervo do Núcleo foi reunida ao longo de inúmeras atividades de pesquisas e assessorias realizadas junto a organizações sindicais de trabalhadores rurais, a movimentos sociais não-sindicais e a governos municipais, estaduais e federais. Os doadores de seus arquivos pessoais foram os pesquisadores Leonilde Servolo de Medeiros, Gisélia Potengy, Afrânio Raul Garcia Jr. Ana Motta Ribeiro, e instituições como Ibase e Fase; e, mais recentemente, o Núcleo recebeu doações do MST e da Fetraf-Sul. O acervo se caracteriza também pela diversidade tipológica e midiática, contando com documentos impressos, jornais, cartazes e panfletos, manuscritos, entrevistas, depoimentos, vídeos, boletins eletrônicos, fotografia, dentre outros.

Interessante lembrar aqui que estes procedimentos de escrita e registro das ações humanas, das negociações políticas, das demandas sociais, das políticas públicas, muitas vezes obscurecem interesses e saberes que não são passíveis de tradução, quantificação ou

---

<sup>1</sup> Ver Anexo I

<sup>2</sup> Projeto de pesquisa apresentado à Faperj, na chamada Cientistas do Nosso Estado em Agosto de 2002.

<sup>3</sup> Consistiu em higienização e cuidados gerais visando a preservação do material recebido; leitura preliminar e identificação do acervo; definição do arranjo a ser adotado (delimitação dos fundos, definição das séries, sub-séries e dossiês); ordenação cronológica e descrição do conteúdo de cada unidade documental; elaboração de descritores visando à recuperação das informações por assuntos, nomes, locais, etc; identificação de documentos deteriorados para posterior reparação, faxes em vias de embranquecimento para redigitação e manuscritos para leitura especializada.

objetivação, nos termos da lei, ou da letra. Um saber patrimonial, entretanto, não se perde nem se dilui num acervo como este, mas tem a possibilidade de ser percebido já que prioriza exatamente a interação entre a ação social dos trabalhadores e demais grupos de interesse na sociedade e o Estado; ou ainda a capacidade de intervir e de se fazer reconhecer pelo Estado e pelos grupos dominantes de outrora. Temos linguagens diferentes em diálogo, evidenciando as múltiplas dimensões da luta: o panfleto distribuído no canal ou na entrada da usina e o acordo salarial e as leis trabalhistas certificados nos tribunais. É possível identificar, por meio dos signos próprios aos grupos, as necessidades e valores compartilhados ou em disputa.

Tudo isso é enriquecido por uma série documental que contempla toda uma *Produção Intelectual*, em grande parte produzida por seus doadores e por outros intelectuais que estudavam e escreviam sobre suas pesquisas e sobre os mais variados temas relacionados ao mundo rural. Para cada período histórico das lutas sociais no campo, temos relatórios científicos, seminários acadêmicos, artigos e outros escritos que ora focalizavam as formas institucionais do conflito, ora traziam à luz as percepções dos trabalhadores e demais agentes sobre as transformações históricas por que passavam.

Em termos cronológicos o Núcleo abarca os períodos das lutas sociais no campo *Pré-64* até os planos de reforma agrária dos dias atuais, bem como as disputas políticas no meio rural brasileiro.

### **O documento enquanto objeto: posição e trajetória**

Inicialmente devemos destacar que trata-se de um procedimento metodológico que visa dar inteligibilidade à um conjunto de séries documentais diversas, à um campo do saber dos estudos rurais e a um universo de possibilidades de pesquisas. Considerando que mesmo ao nos cercamos de todo aparato de controle metodológico e teórico para a realização da pesquisa, é necessário expor a idéia de que a “conquista do fato [por tanto do objeto e das classificações] deve ser feita em contraposição a ilusão do saber imediato” (Bourdieu, 2002: 23-65). No caso deste e de outros arquivos, o saber imediato se refere aos dados presentes nos documentos, sejam eles oficiais ou não.

Caímos aí numa primeira premissa do trabalho do cientista social que lida com documentos: estar atento para os termos, signos, significados, interlocutores, enfim, para os elementos que compõem os documentos, sem substantivá-los ou reificá-los. É preciso ter um “rigor flexível”, como sugere Ginzburg. Estaria o pesquisador beirando o dilema das ciências humanas, apontado pelo autor como ingloria escolha, entre “assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância”? (Ginzburg, 1986:178-9).

Os princípios norteadores da atividade de classificação da documentação textual são a produção social do documento e o respeito aos fundos<sup>4</sup>, considerando que “o documento [praticamente] só vale pelo seu conteúdo informacional, em seu contexto. Ele não existe isoladamente, faz parte do passado, é tempo e templo da memória dos homens” (Bertoletti, 2002:44). Sabendo-se disto, “é importante lembrar que a importância atribuída a determinados documentos é sempre embasada em critérios alheios às atividades do arquivo” (Lopes, 2002:39).

Um elemento determinante deste recorte é sem dúvida a própria linguagem que, ao ser produto de diálogo e de relações sociais específicas, evidencia campos, valores e questões relevantes a cada uma das partes envolvidas na ação social. Para não nos amarrarmos às noções e aos termos utilizados pelos agentes e suas entidades, é preciso “instaurarmos a dialética que leva às construções adequadas pelo confronto metódico de dois sistemas de pré-construções (C. Lévi-Strauss, M. Mauss, B. Malinowski)” (Bourdieu, 2002:58). De outro modo, devemos nos cercar de uma série de recursos metodológicos justamente para controlarmos as etapas da produção do conhecimento e, ao mesmo tempo, identificarmos suas limitações teórico-metodológicas.

Ainda que parte da documentação reunida provenha de arquivos pessoais (acumulados no desenrolar de trabalhos de assessoria sindical e de atividades científicas e acadêmicas) e de doações de centros de documentação extintos (como parte do da Fase e do Ibase), o critério de classificação adotado privilegiou as entidades produtoras dos documentos, em detrimento do

---

<sup>4</sup> O respeito aos fundos foi abordado e proposto como mecanismo essencial de recuperação da informação por ocasião da *Septième Conférence de la Table Ronde Internationale des Archives*, em 1962. Ver *Les fonds d'archives*, 1963:10.

seu processo de coleta. Considerou-se, portanto, os elementos constitutivos dos documentos de arquivo, agregando-os em dois pólos: estrutura e substância<sup>5</sup>.

Os procedimentos de classificação e descrição foram feitos inicialmente considerando a sistematização em quadros descritivos de determinadas informações dos dossiês, tais como: origem do documento, tipos documentais, datas limites e ordenação cronológica dos documentos nas séries. Com base na releitura dos documentos, criou-se uma listagem de linguagem controlada contendo descritores que, por sua vez, se encarregam de recuperar os assuntos e informações neles presentes.

Em “Mitos, Emblemas e Sinais” Ginzburg (1986) retoma o passo-a-passo das práticas investigativa e classificatória na modernidade. Recolher e selecionar pistas e indícios, dispor de dados, ordena-los e interpreta-los, evidenciar relações de causa e efeito, experimentar e aplicar regras ou a ausência delas; são os elementos que configuram ao longo do tempo o paradigma indiciário não só da historiografia mas da ciência ocidental moderna. O olhar de linco, o escrutínio, e a eterna curiosidade dão um toque menos racional, mais artístico, um tanto quanto humano ao trabalho do cientista social que se vê diante da tarefa de ordenar, classificar e interpretar a realidade social por meio das pistas deixada pela história.

Mas é fundamental ao mesmo tempo, a desconstrução deste paradigma indiciário para compreendermos os documentos enquanto mediadores das relações entre os sujeitos e suas épocas e, mais que isso, entre os aparatos de controle exercidos pelo Estado (através da modelagem e da padronização de linguagens, por exemplo) e a ação organizada dos movimentos sociais. Segundo Ginzburg, sistemas de identificação constituíam instrumentos para essa ação coletiva, assim como representavam para o Estado, mecanismos de enquadramento e, conseqüentemente, de criminalização das lutas de classes.

Foucault acrescenta ainda que classificar corresponde ao paradoxo de “incluir para excluir” e vice-versa. Ao mesmo tempo em que ao produzir um documento, ou uma forma de linguagem, ou ainda uma classificação, empreende-se o esforço de adentrar e se fazer

---

<sup>5</sup> A estrutura do documento refere-se aos elementos que o constituem fisicamente: a configuração que assume de acordo com o sistema de signos de que seus executores se serviram para registrar a mensagem e também ao volume que ocupa, quantidade, formato, gênero (textual, audiovisual etc.) e forma (cópia ou original). Quanto à substância, busca-se o conteúdo substantivo, o assunto, a natureza de sua proveniência e a função do documento, incluindo os fins objetivos de sua criação e a data tópica (local e data de produção). Tanto sua



reconhecer por meio deste discurso autorizado, reforça-se os limites para tal ação. Assim, ao analisarmos um conjunto documental no intuito de classificarmos, estamos avaliando suas possibilidades criativas, mas também estamos limitando-o a certos olhares. (Foucault, 1970/2006).

Na relação documento – conhecimento, o autor sugere quatro noções enquanto princípios reguladores da análise: “a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade, a de condição de possibilidade. Vemos que se opõem termo a termo: o acontecimento à criação, a série à unidade, a regularidade à originalidade e a condição de possibilidade à significação” (Foucault, 1976/2006:54)

#### *Arranjos e séries: justificativas de construção e definição<sup>6</sup>*

A constituição e definição de arranjos de séries, sub-séries e dossiês tem uma lógica que é própria à documentação existente em um determinado acervo e a sua relação com este todo. Entretanto, a constituição de acervos e arquivos se dá, em geral, em função de temas, atividades ou funções exercidas por aqueles que reúnem a documentação. Estas características, ou determinações, previamente dadas – quando o titular do arquivo, doador ou não, as explicita – são denominadas de nomeclaturas originais ou classificações originais. Assim, ao se organizar um arquivo mais amplo, dever-se-ia manter esta ordem original relativamente ao material identificado. Os demais documentos ou conjuntos de documentos seriam organizados em função de outros determinantes – seja o tema central do acervo, a proposta de um projeto de pesquisa ou uma razão social específica qualquer.

A partir do momento em que a documentação deixa de ser um conjunto reunido em função de interesses particulares de quem os juntou e é acrescida de outros conjuntos documentais para criar um terceiro acervo, a lógica de ordenamento e organização deste conjunto mais amplo muda. Têm-se, por um lado, os interesses e justificativas que fizeram reunir este material diversificado em um único conjunto e, por outro, as novas possibilidades que podem ser abertas no sentido da utilização do material reunido.

---

classificação quanto descrição só serão eficazmente realizadas se essa realidade (estrutura e substância) for levada em conta.

<sup>6</sup> Ver Anexo II

Ao se considerar a origem da documentação deve-se atentar à autoria dos documentos, quem são os doadores (profissionalmente, politicamente, institucionalmente, organicamente), à preferência de acumulação por estes deste material e não de outro e, ainda, à forma de organização conferida pelo doador, no momento ou posterior a sua acumulação. Mesmo em arquivos pessoais, a ordem está sempre mudando de acordo com as necessidades. Corre-se sempre o risco de arrependimento por não ter guardado “aquele panfletinho” ou “aquele jornal”, ou de se achar que se acumulou material de forma exagerada. Deste modo, nunca se pode classificar uma documentação como completa ou incompleta. Ela foi completa e necessária quando da realização de tal pesquisa, para se produzir determinados dados ou resultados. Ela está incompleta, diante deste mar de documentos que é, agora, o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais Rurais e Políticas Públicas.

Aqui, é a idéia de *série* que se privilegia, no sentido de que “ a história não considera um elemento sem definir a série da qual ela faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar reconhecer a regularidade dos fenômenos e os limites da probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem” (Foucault, 1972/2006:55-6)

O que prevaleceu como critério organizativo desse Núcleo não foi a ordem original, mas o interesse acadêmico mais amplo que representa a formação de um Núcleo com tais dimensões e as possibilidades de pesquisa que ele oferece e oferecerá aos seus usuários. Do mesmo modo que a ordem original nem sempre é respeitada, apesar de servir sempre como indicativo para os futuros arranjos, quando se organiza uma documentação relativa a uma instituição, não é sua forma administrativa e burocrática, funcional, que irá vigorar. Afinal, é quase impossível que se reúna toda a documentação a respeito e também não é esta a intenção de um arquivo. Uma das intenções de se organizar um arquivo passa necessariamente pelo ato de “estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o lugar do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição” (Foucault, 1972/2006:56).

Trata-se por tanto de reinterpretar o acervo sob o prisma um objeto teórico previamente escolhido, em contraposição a uma idéia de linearidade histórica. Como aponta Walter

Benjamin não se pode enveredar no caminho das técnicas “neutras” da ciência moderna, sob pena de negligenciarmos a relação entre experiência, história e linguagem. Os documentos não se constituem uma fonte única e nem “verdadeira” sobre os assuntos a que se refere. Tampouco espelham, *ipsis literis*, as instituições e os processos integralmente. Pelo contrário, a ausência da documentação pode ser um indício a ser considerado enquanto dado nas pesquisas.

Outro elemento importante que interfere diretamente na constituição dos arranjos de um arquivo é a indelével subjetividade dos pesquisadores que o organizam. Isso não quer dizer que o resultado não seja objetivo, mas que é necessário reconhecer que os critérios e decisões finais são dados por aqueles que trabalham diretamente esta documentação. Pierre Bourdieu, em referência a Marx, explica que “a totalidade é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo” e que, “por mais parcial que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada” (Bourdieu, 2002:48). O documento concreto, enquanto fonte científica, não existe em uma forma pura, ou melhor, ideal. Ele se compõe de elementos que, se devidamente relacionados, isto é, histórica e sociologicamente relacionados, revelam as relações sociais as quais está vinculado, as quais se refere.

“O que fazem como se todos os objetos fossem suscetíveis de uma mesma técnica, (...), esquecem que as diferentes técnicas podem, em certa medida variável e com rendimentos desiguais, contribuir para o conhecimento do objeto, contanto que sua utilização seja controlada por uma reflexão metódica sobre as condições de seus limites e sua validade que, em cada caso, depende de sua adequação ao objeto, i.e., a teoria do objeto” (Bourdieu, 2002:64).

### **O arquivo enquanto campo: interdependência entre organização e pesquisa**

Como o Núcleo de Documentação e Referência contém em seu acervo uma documentação produzida pelos atores sociais, objeto da análise sociológica, o ideal foi, no caso dos arranjos das séries documentais, evitar grupos temáticos e privilegiar as estruturas representativas das instituições, pois estas tratam dos temas dos possíveis grupos temáticos. Por outro lado, foram criados grandes *conjuntos temáticos* através dos quais se poderia reconstituir os elos e as

rupturas entre os agentes da história presentes na documentação, sem deixar de lado o campo temático (político e institucional) ao qual estão intimamente ligados.

Remi Lenoir, ao escrever sobre a construção do “Objeto sociológico e o problema social” aponta a institucionalização como um obstáculo à análise e, conseqüentemente, à ordenação de documentos e termos da pesquisa sociológica. Assim, estes critérios de classificação e ordenação dizem respeito à “representações já constituídas que têm diversas formas: apresentam-se não somente no estado do discurso, erudito ou político moral-, mas também no estado de instituições como sistemas de distribuição ou redistribuição de equipamentos” (Lenoir, in: Champagne, 1986:95). O autor chama a atenção (e aí contamos com a noção de vigilância epistemológica sugerida por Bourdieu a partir de Bachelard) que o sociólogo deve ir além destas formas institucionais do problema, e buscar o significado da ação social e de seus registros nas “propostas feitas no sentido de resolve-lo”, sendo estas oriundas do debates gerados pela sociedade em seus mais variados grupos e graus de organização e ou difusão.

Para prosseguir de forma mais equilibrada e eficiente no trabalho de organização do Núcleo, foi necessário conceituar que tipo de arquivo estava sendo constituído e a que fins sua documentação seria destinada. Uma vez que os arquivos permanentes têm por função primordial tratar documentos públicos após terem cumprido os objetivos para os quais foram criados, neles se sistematiza a passagem do “arsenal da administração” para a de “celeiro da história”, na concepção do arquivista Charles Braidant. No caso em questão, mesmo os documentos chamados de primeira idade, são considerados como documentos históricos.

Ainda na perspectiva de superação dos marcos institucionais dos problemas sociais para a análise sociológica, Lenoir busca nos “fundamentos sociais das representações sociais” elementos que podem nos ajudar a definir a configuração atribuída ao arranjo do setor de documentação: “as lutas travadas pelos agentes para construírem a representação da realidade e, a partir daí, a realidade mas conforme seus interesses” (Lenoir, in: Champagne, 1986:106).

Nos termos do projeto que originou o trabalho de organização do Núcleo a abstração acima pode ser exemplificada pela explicitação de seus objetivos que são “aprofundar a reflexão sobre as formas de ação e organização dos trabalhadores rurais no Brasil, em especial no que se refere aos chamados *agricultores familiares* e à luta por terra e seus desdobramentos, buscando refletir quer sobre seu poder de influir no desenho e implementação de políticas

públicas, quer sobre sua capacidade de trazer novos temas a debate ou resignificar antigas questões” (Medeiros, 2002:02)

#### *A hierarquização de temas e objetos de pesquisa*

Acompanha sempre o trabalho de cada um dos setores o princípio da articulação entre si, construindo as vias de um caminho na busca das informações, mediante a padronização dos termos de busca, tais como descritores ou palavras-chave <sup>7</sup> ou seja, dos conceitos e categorias presentes na documentação, nas análises da bibliografia de referência e nas discussões realizadas nas reuniões de trabalho. Estas acontecem tanto para debater acerca da construção de uma listagem de linguagem controlada, como para definir critérios de classificação, ordenação dos documentos e prioridades de séries documentais e setores a serem organizados.

Outro importante elemento que perpassa e amarra os setores e sua documentação, do ponto de vista da recuperação da informação, são as remissivas, registradas nas planilhas de consulta. As remissivas apontam as ligações e continuidades, tanto de temas como de processos históricos, entre dossiês, séries, conjuntos e setores do Núcleo salientando a organicidade de sua estrutura.

Foi pela junção destes mecanismos que se chegou à atual estrutura do Núcleo de Pesquisa e a efetivas possibilidades de pesquisas inéditas e novas descobertas sobre os movimentos sociais rurais e as políticas públicas voltadas para a questão agrária no Brasil. Na intenção de resgatar momentos históricos através da documentação existente, o esforço de uma retomada dos processos de produção e acúmulo e de posterior reorganização no Núcleo, ou seja, o percurso da documentação e as vias burocráticas pelas quais tramitou até seu dimensionamento atual, delimitam o quadro de institucionalização e deslocamento da memória e da cultura para o centro das políticas públicas e das linhas de atuação de centros acadêmicos. Ao mesmo tempo, o arquivo informa sobre um ou vários campos institucionais.

Trata-se, portanto, de uma consolidação dentro das ciências humanas e sociais da temática da memória e da cultura a partir da exploração e valorização da memória documental, de oral

---

<sup>7</sup> Os descritores correspondem aos temas, questões e processos históricos presentes nos documentos, articuladamente às necessidades de pesquisa e às demandas de pesquisadores. Trata-se, neste caso, da consideração de uma linguagem controlada, ou seja, privilegiar mais os conceitos, processos históricos que são presentes na documentação que a estrutura reproduzida no arranjo, a partir das instituições existentes e demais elementos.

e visual. Tornando-se uma peça-chave para os desdobramentos da pesquisa acadêmica, o arquivo passa de objeto a campo de estudo num imbricado trabalho de conceituação de fontes, períodos históricos, processos de institucionalização de dados, informantes e documentos históricos.

Os sentidos das pesquisas desenvolvidas não são natos a cada acervo, mas são atribuídos aos arquivos e aos documentos. Há uma permanente retroalimentação dos valores simbólicos da documentação à medida que ela está sendo utilizada e apropriada. Como salientou Angela Maria de Castro Gomes<sup>8</sup>, é o presente que rege o trabalho de memória, já o passado aparece como algo que é e permanece causando e provocando conseqüências na vida cotidiana, apontando o pesquisador tão sujeito e ator da história quanto os seus pesquisados. Assim, os arquivos, ao mesmo tempo em que representam recortes da realidade e uma fragmentação das informações e dos processos estudados, são produto de um esforço de reconstrução da memória sobre estes processos a partir de elementos determinados que, por sua vez, devem estar explícitos aos estudiosos.

A historicidade do arquivo é inevitável e indelével. Até mesmo as lógicas conflitantes e em disputa que estão presentes no ato de se produzir um documento (emiti-lo e assiná-lo oficialmente) se reconfiguram no momento de sua classificação e organização enquanto documento histórico: uns preferem ordenar cronologicamente, outros tematicamente, outros indexam peça por peça ou ainda por tipo de documento.

Assim sendo, para além das atividades realizadas ao longo do trabalho acima mencionadas, a prática dialógica e a riqueza do embate entre documento e produtor de documento e de conhecimento é indispensável ao se pensar pesquisas em arquivos.<sup>9</sup> Da mesma maneira, somente através de leituras e debates acompanhados em torno da questão agrária, da recuperação da memória das lutas no campo e dos questionamentos acerca dos momentos e mecanismos de produção da documentação foi possível alcançar a estrutura de que se fala.

A proximidade deste trabalho com outros projetos e pesquisadores abriu campos de diálogo e entrosamento com outras instituições e com os sujeitos históricos da luta pela terra, seja via a memória contida na documentação, seja em trabalhos conjuntos entre ambos (diga-se

---

<sup>8</sup> No “Seminário Quando o campo é o arquivo. Etnografias, histórias e outras memórias guardadas”, LAH/UFRJ e CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 25 e 26 de novembro de 2004.

encontros, seminários, participação em congressos, entrevistas, atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária, dentre outros).

### **Bibliografia**

BELLOTTO, Heloísa Liberali. Arquivos Permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro, editora FGV. 2ª edição revista e ampliada, 2004.

BERTOLETTI, Hester Caldas. Como fazer programa de reprodução de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002 ( Projeto Como Fazer, 7)

BOURDIEU, Pierre, A ilusão biográfica. In: Marieta de Moraes e Janaina Amado, Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre, et. al. A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2002 (3ª edição).

BOURDIEU, Pierre, O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 (8ª edição).

CATELA, Ludmila da Silva, Situação-limite e memória. A reconstrução dos mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 2001.

CEDOC/Cut. Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (guia de apresentação).SP, janeiro de 2001.

CPDOC. Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: editora FGV, 1998.

FOSKETT, Anthony Charles. A abordagem temática da informação. Brasília: Ed. UnB, 1973.

FOUCAULT. Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no College de France, 02/12/1970. Ed. Loyola: São Paulo, 2006 (13ª ed.).

GUINZBURG, Carlo, Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas e sinais. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

LENOIR, Objeto sociológico e o problema social. In: Champagne, P. et. al. Iniciação à prática sociológica. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

LOPES, André Ancona. Como descrever documento de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002 ( Projeto Como Fazer, 6)

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e Unrisd, 2002.

\_\_\_\_\_. “Movimentos Sociais Mudanças Políticas e Culturais. Uma leitura a partir dos trabalhadores rurais”. Projeto de pesquisa apresentado à FAPERJ, chamada: Cientistas do nosso Estado. Agosto de 2002.

---

<sup>9</sup> Antonio Carlos de Souza Lima, no seminário supracitado.

SEMINÁRIO Quando o campo é o arquivo. Etnografias, histórias e outras memórias guardadas. CPDOC/FGV e LAH/UFRJ, Rio de Janeiro, novembro de 2004. Celso Castro e Olívia Cunha (orgs). Apoio ABRA.

SILVA, Emília Andréo da. “O despertar do campo. lutas camponesas no interior do estado de são Paulo” inventário deops módulo VIII – geopolítica do controle. In: Carneiro, Maria Luiza tucci. Arquivo do ESP. Imprensa Oficial. São Paulo, 2003



## ANEXOS

### ANEXO I

#### I – CONJUNTO SINDICALISMO RURAL

SÉRIE Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Sub-séries:

CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)  
FETA G-RJ (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro)  
FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco)  
FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais)  
FETA G-RN (Fed. dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte)  
FETA G-AL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas)  
FETA G-AM (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amazonas)  
FETA G-PB (Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba)  
FETA G-PR (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná)  
FETA G-ES (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo)  
FETA G-PI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí)  
FETA G-BA (Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia)  
FETA G-CE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará)  
FETA G-SE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe)  
FETA GRI-PA/AP (Fed. dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá)

SÉRIE Central Única dos Trabalhadores

Sub-séries:

CUT

Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

SÉRIE Federações Independentes do Sistema CONTAG

Sub-séries:

FERA ESP (Federação dos Empregados Rurais do estado de São Paulo)  
FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar)  
SÉRIE Grito da Terra Brasil

#### II – CONJUNTO ORGANIZAÇÕES NÃO SINDICAIS

SÉRIE MST

SÉRIE Via Campesina

SÉRIE Movimento dos Atingidos por Barragens

SÉRIE Outros (MLTR, MPA)

#### III – CONJUNTO ORGANIZAÇÕES PATRONAIS

SÉRIE UDR (União Democrática Ruralista)

SÉRIE CNA (Confederação Nacional da Agricultura)

SÉRIE SNA (Sociedade Nacional da Agricultura)

SÉRIE SRB (Sociedade Rural Brasileira)

SÉRIE FARSUL (Federação Agricultores do Rio Grande Do Sul)

SÉRIE CRB (Confederação Rural Brasileira)

SÉRIE ABAG (Associação Brasileira de Agronegócio)

SÉRIE Demais entidades patronais

#### IV – CONJUNTO IGREJA

SÉRIE CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil)

Sub-séries

Pastoral Operária

Serviço Pastoral do Migrante

CPT (Comissão Pastoral da Terra)

SÉRIE ACR (Animação Cristã Rural)

SÉRIE CIMI (Conselho Indigenista e Missionário)  
SÉRIE CPV (Centro Pastoral Vergueiro)  
SÉRIE SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco)  
SÉRIE CONIC (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs)  
SÉRIE Igreja Latino Americana  
SÉRIE ACO (Animação Cristã Operária)

#### V – CONJUNTO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SÉRIE INCRA (Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária)  
Sub-séries  
I PNRA (I Plano Nacional de Reforma Agrária - 1985)  
II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária - 2003)  
Processos desapropriatórios e de assentamentos  
Organização interna  
Capacitação  
Associação de servidores do Incra/Associação de Servidores da Reforma Agrária  
Cooperação técnica  
Estatísticas  
Informes e boletins  
Convites e solenidades  
SÉRIE MTE  
SÉRIE MEAF (Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários)  
SÉRIE MEPF (Ministério Extraordinário de Política Fundiária)  
SÉRIE MMA (Ministério do Meio Ambiente)  
SÉRIE MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento)  
SÉRIE MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário)  
Sub-séries:  
Novo Mundo Rural (1996-1997)  
SÉRIE Ministério da Agricultura  
SÉRIE Institutos Estaduais de Terra  
SÉRIE Constituinte 1988  
SÉRIE Legislação Agrária  
Sub-séries:  
Estatuto da Terra  
Lei Agrária 1993  
SÉRIE Legislação Trabalhista  
SÉRIE Material de Referência  
SÉRIE Debates Políticos  
SÉRIE Produção Intelectual

#### VI – CONJUNTO ONGs

SÉRIE ASPTA (Associação de Serviços e Projetos em Tecnologias Alternativas)  
SÉRIE FASE (Federação dos Órgãos Assistenciais de Base)  
SÉRIE IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas)  
SÉRIE CEDI (Centro Ecuênico de Documentação e Informação)  
SÉRIE CIPES (Centro de Intercâmbio e Pesquisas Sociais)  
SÉRIE IFAS (Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural)  
SÉRIE ISER (Instituto superior de Estudos da Religião)  
SÉRIE INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos)  
SÉRIE RIAD  
SÉRIE IDACO (Instituto de Desenvolvimento Agrário e Comunitário)  
SÉRIE DESER (Departamento de estudos Sócio  
SÉRIE DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas)  
SÉRIE FIAN  
SÉRIE CESE (Coordenadoria Ecuênica de Serviço)  
SÉRIE OUTRAS

VII – CONJUNTO INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES

SÉRIE Instituições Internacionais

Sub-séries:

FAO

Banco Mundial

Banco Interamericano de Desenvolvimento

IICA

CEPAL

FMI

OIT

PNUD

UNICEF

UNESCO

ONU

OEA

OUTRAS

SÉRIE Associações

Sub-séries:

ANATAG (Assoc. Nacional de Advogados de Trabalhadores na Agricultura)

ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária)

RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares)

SÉRIE Campanhas, Fóruns e Comitês

Sub-séries:

CDDH (Centro de Defesa de Direitos Humanos)

Fóruns

Campanhas

Comitês

SÉRIE Organizações Partidárias

Sub-séries: PT; PDT; PMDB; PSDB; PSTU; PPS; Pcdob; PCO; PL; PFL; outros

VIII – CONJUNTO ORGANIZAÇÕES DO PRÉ-64

SÉRIE ULTAB (União dos lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil)

SÉRIE Ligas Camponesas

SÉRIE MASTER (Movimento dos Agricultores sem Terra)

## ANEXO II

*Conjuntos*: foram idealizados no sentido de evidenciar as diferentes forças de atuação no campo em termos de forma institucional de atuação política e de representatividade das categorias existentes e em disputa.

*Série*: constitui-se no grupo mais amplo dentro do acervo, seguindo parâmetros genéricos de classificação que abarcam os grandes assuntos trabalhados. É a designação das divisões de um fundo a partir dos critérios de conteúdo ou espécie de material. As *séries* podem ser divididas em *sub-séries*, seguindo os mesmos critérios aplicados à delimitação das séries. Podem ser funcionais, temáticas (por assunto), geográficas, cronológicas ou por espécies de documentos. Exemplos: MST, Fetag.

*Dossiês*: constituem-se em grupos menores (em termos de volume) e mais específicos (em termos do universo temático ou informativo). Representam a unidade mínima de análise do acervo, recebendo especial atenção quanto à sua construção e descrição. Correspondem ao material de consulta acessível ao pesquisador, já que especificam assuntos, locais e datas/períodos, de produção da documentação. Cada dossiê apresenta uma listagem de descritores (palavras-chaves), que formarão um índice, com o objetivo de facilitar a consulta à documentação. Exemplos: conflitos por terra, reforma agrária, políticas de crédito etc. O Gráfico abaixo representa a hierarquia do arranjo que está sendo realizado:

*ANEXO III*

PLANILHA DE ACESSO

**DESCRIÇÃO**

FUNDO:

CONJUNTO:

SÉRIE:

SUB-SÉRIE:

DOSSIÊ:

**CLASSIFICAÇÃO**

FUNDO:

CONJUNTO:

SÉRIE:

SUB-SÉRIE:

COMPLEMENTO:

CÓDIGO:

**DOCUMENTOS**

NÚMERO DE PASTAS:

**PRODUÇÃO**

PERÍODO:

ANO DE : \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_

**PRECISÃO DE DATA**

•SEM DATA [ ] •DATA EXATA [ ] •DATA PROVÁVEL [ ] •DÉCADA CERTA [ ] •DÉCADA PROVÁVEL [ ]

**RESUMO**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**NOTAS**

OBSERVAÇÕES: \_\_\_\_\_

---

ANEXOS: \_\_\_\_\_

---

REMISSIVAS: \_\_\_\_\_

---

**DESCRITORES**

## ANEXO IV

### APRESENTAÇÃO DOS CONJUNTOS, SÉRIES E SUB-SÉRIES (ORGANIZADOS ATÉ 31 DE MARÇO DE 2005)

#### CONJUNTO SINDICALISMO RURAL

O Conjunto Sindicalismo Rural é composto por quatro séries, incluindo o Sistema Contag, a CUT, as Federações Independentes do Sistema Contag e o Grito da Terra Brasil. Abrange o período de 1965 a 2004 e trata das questões relativas ao sindicalismo rural no Brasil, desde de sua formação e reconstituição durante o regime militar, passando pelos momentos de reestruturação e consolidação das lutas no campo. Traz as interseções estabelecidas no interior do movimento sindical dos trabalhadores rurais – bem como as dissidências - entre STRs, delegacias sindicais, federações e Confederação, governos e demais atores sociais do debate sobre: reforma agrária, direitos trabalhistas no campo, formação sindical, educação rural, congressos estaduais e nacionais, violência rural, conflitos por terra, administração sindical, dentre outros temas. O conjunto foi arranjado visando reunir a documentação relativa às variadas formas de atuação do sindicalismo rural no Brasil e às transformações por que passou, diferenciando-o das demais organizações e entidades de luta por terra, como as não-sindicais e as religiosas, por exemplo, mas resgatando seus momentos de encontro e convergência.

#### Série Sistema Contag

A Série Sistema Contag é composta por quinze sub-séries que correspondem a federações de trabalhadores rurais. A abrange o período de 1966 a 2004. Agrupar dentro da estrutura sindical todos os níveis de representação dos trabalhadores do campo e seus desdobramentos políticos, ou seja, dos STRs à Confederação Nacional, permitindo um apanhado das dimensões da ação sindical: formação e organização sindical, conflitos por terra e violência rural, greves e campanhas salariais, encontros e congressos de trabalhadores e trabalhadoras, relatórios de atividades, dentre outras. O arranjo privilegia a estrutura de funcionamento e a dinâmica das entidades sindicais filiadas à Contag.

Destaque deve ser dados à Sub-séries Contag, Fetag/RJ, Fetagri-PA/AP e Fetape, pelo volume de documentação acumulado.

A Sub-série Contag agrupa a documentação produzida por essa entidade e é composta por 24 dossiês que trazem as atribuições, atividades e a linha política de atuação da entidade, abrangendo o período de 1966 a 2001. Retrata a organicidade da entidade, sua forma de atuação e intervenção nas questões concernentes ao trabalhador rural. Os dossiês perpassam questões de âmbito mais gerais, como Governo e Eleições, Política Agrícola e Política Agrária, bem como apresentam as questões mais específicas ligadas ao trabalhador do campo como Legislação para o trabalho rural, Manifestos e Manifestações, Violência no Campo e Conflitos por Terra. Apontam os momentos de formulação e mobilização da entidade presentes nos dossiês sobre Encontros e Congressos Nacionais, bem como

abarcam a preocupação da entidade em subsidiar a luta de suas afiliadas presentes nos dossiês de Formação e Educação Sindical e ainda nos Estudos produzidos com este fim.

A sub-série Fetag/RJ traz, distribuídos em 23 dossiês a forma de ação e intervenção desta entidade no estado do Rio de Janeiro. Retrata, no período entre 1966 e 2000, os encaminhamentos políticos e administrativos da organização de trabalhadores rurais. Valoriza sua forma de atuação dentro do estado, bem como conecta sua atividade com as atribuições mais gerais das questões concernentes ao trabalho no campo. Os dossiês apontam as formas de intervenção da organização através de elementos gerais como Política Trabalhista, Política Fundiária. Agrupam as especificidades regionais em conflitos por terra, ocupações e assentamentos, caracterizados de acordo com cada região do estado. Apresentam também o percurso de mobilização da entidade através dos Encontros e Congressos, bem como em seus STRs afiliados.

A Sub-série Fetagri Pará e Amapá é composta por quatro dossiês, abrangendo o período de 1971 a 1997. Trata dos encontros estaduais e regionais, dos conflitos de terra, sobretudo aqueles envolvendo posseiros sem título de propriedade e a expansão das fronteiras no interior da Amazônia, da violência rural, da atuação do Estado representado nas figuras do Incra e do Getat e dos demais problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais e entidades sindicais da região. Destaque para o dossiê sobre o Comitê Rio Maria, sobre os conflitos de terras e as articulações de diversas entidades para o combate à violência no campo, que deram início ao Grito do Campo em 1991.

A Sub-série Fetape é composta por oito dossiês que tratam da organização e da formação sindical, dos encontros sindicais acontecidos no estado, dos congressos estaduais, da reforma agrária e das áreas de conflito de terras, do problema da seca no Nordeste, das campanhas salariais e greves, dentre outros assuntos. Contem documentação sobre a zona canavieira de Pernambuco, incluindo os acordos trabalhistas entre assalariados e usineiros, a documentação sobre a questão da seca e sobre os atingidos por barragens no estado, sobretudo a barragem de Itaparica.

### **Série CUT**

A série CUT é composta por duas sub-séries – CUT Nacional e DNTR – e abrange o período de 1979 a 1999. Reúne documentos relativos aos primeiros passos para a criação da Central, a sua consolidação e as suas formas de atuação política junto a luta dos trabalhadores urbanos e rurais. O arranjo privilegiou as ações da entidade e sua importância no processo de sindicalização das lutas sociais da classe trabalhadora no Brasil; o aparecimento da questão agrária na pauta de suas reivindicações; e a reestruturação do sindicalismo rural no Brasil que, através do chamado novo sindicalismo ou sindicalismo combativo, trouxe a idéia da unidade da diversidade interna classe trabalhadora agregando as demandas do campo e da cidade.

A Sub-série CUT Nacional reúne 20 dossiês compostos por ampla documentação sobre a Comissão Nacional Pró-Cut e o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat); a formação e organização sindical; as tendências políticas internas da entidade e outros sindicatos e oposições sindicais; o debate acadêmico e a produção intelectual a respeito da CUT; as secretarias estaduais e regionais; os congressos nacionais. Contém ainda dossiês específicos de impressos e boletins internos e com documentação do Desep/CUT. Abrange o período de 1979 a 1999.



A Sub-série DNTR é composta por cinco dossiês e abrange o período de 1990 a 1995. Trata da criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT e da consolidação das lutas dos trabalhadores rurais no interior dessa Central Sindical; da formação sindical; das leis trabalhistas no campo, da filiação da Contag à CUT, da relação com as federações estaduais e demais sindicatos de trabalhadores rurais atuantes na linha da oposição sindical e dos congressos nacionais realizados periodicamente.

### **Série Federações Independentes ao sistema Contag**

Composta por duas sub-séries (Feraesp e Fetraf), a série reúne documentação de federações estaduais não filiadas à Contag e abrange o período de 1984 a 2004. Trata dos seguintes temas: agricultura familiar, assalariados rurais, luta por terras e conflitos fundiários, congressos de trabalhadores rurais e encontros nacionais de agricultura familiar, greves na zona canavieira de São Paulo (Guariba), dentre outros.

A Sub-série Feraesp reúne documentos da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo e dos STRs filiados, relativos à luta pela posse da terra e aos conflitos de terra no estado; ao setor canavieiro, suas campanhas salariais e dados da produção; ao Congresso dos Empregados Rurais de São Paulo etc. Destaque para a documentação sobre a greve dos trabalhadores rurais de Guariba em maio de 1984.

A sub-série Fetraf (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) é composta por três dossiês e abrange o período de 2003 a 2004. Reúne federações da Bahia e do Sul, além de documentação sobre a criação da federação nacional. Trata dos encontros estaduais e nacional da categoria e de suas principais reivindicações.

### **CONJUNTO ORGANIZAÇÕES NÃO SINDICAIS**

O Conjunto Organizações não Sindicais compõe-se de documentos das organizações que não têm as formas “clássicas” de associação sindical, ou seja, não organizam seus membros por filiação ou similar. Em sua maioria, são organizações recentes que se desenvolveram no início da década de 80, no processo de abertura democrática e vêm se estabelecendo ao longo das últimas duas décadas.

O Conjunto apresenta as séries MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Via Campesina, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MLPA (Movimento pela Libertação dos Povos do Araguaia) entre outras organizações.

### **Série MST**

A série MST, distribuída em 12 dossiês, traz um pequeno histórico da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Apresenta, em documentos produzidos entre o período de 1981 a 2000, a organicidade da entidade, seus Encontros, Congressos e deliberações. A série aponta a trajetória política, de atuação e intervenção deste movimento em seus diversos acampamentos e assentamentos, retratando suas maiores preocupações,

questões e proposições políticas e organizativas, tais quais em Cooperativismo Rural, Sindicalismo Rural e Urbano, Violência, Formação Política, Educação e Análises Conjunturais e Estruturais.

## **CONJUNTO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

O Conjunto Estado e Políticas Públicas é composto por séries documentais relativas à atuação do Estado por meio de suas diversas instâncias e instituições. Em fase de organização, reúne documentos relativos ao Incra, aos ministérios envolvidos direta ou indiretamente com a questão agrária (como Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional etc.), aos institutos de terras estaduais, às unidades federativas e aos governos estaduais e municipais; bem como documentação referente à legislação agrária, à legislação trabalhista no campo, à Assembléia Nacional Constituinte de 1988, aos programas de governo e políticas públicas implementadas no meio rural, ao Estatuto da Terra de 1964, dentre outros temas.

Este conjunto privilegia os mecanismo de atuação do Estado no que se refere às políticas públicas para o meio rural, incluindo as interferências e articulações oriundas da participação dos movimentos sociais, evidenciando assim como as políticas públicas vêm sendo constituídas (consolidadas, alteradas ou subtraídas) a partir das correlações de forças estabelecidas no cenário político e econômico brasileiro.

### **Série Incra**

A série Incra abrange o período de 1971 a 2004, e é composta por onze sub-séries. Reúne documentação sobre os Planos Nacionais de Reforma Agrária e seus desdobramentos, como os planos regionais elaborados nos estados; processos de desapropriação e assentamentos em áreas de conflitos de terras; organização interna da instituição em diversos momentos; Associação de Servidores do Incra e Associação de Servidores da Reforma Agrária; capacitação e cooperação técnica estabelecida entre o Incra e demais entidades governamentais e não-governamentais, visando o aperfeiçoamento das ações institucionais, bem como a implementação de projetos de assentamento e assistência técnica, dentre outros; dados estatísticos produzidos com objetivo de mapear áreas de tensão social, populações atendidas pelos planos de reforma agrária e subsidiar políticas públicas. Há também informes e boletins produzidos pelo Incra e ainda convites e solenidades das quais participaram (ou não) representantes da instituição.

O arranjo desta série deu-se, diferentemente dos demais arranjos, priorizando os processos de desapropriação de terras e assentamentos de reforma agrária, na tentativa de reconstituir as etapas e os percursos realizados pelas diversas instâncias - administrativas e executivas - e pelos atores sociais, desde a denúncia dos movimentos sociais até a atuação do órgão público responsável. Assim, em detrimento da estrutura institucional, imprimiu-se a idéia de capturar os mecanismos de atuação da mesma através da reconstituição dos conflitos que tratou, como começou e quais resultados foram alcançados.

## **CONJUNTO IGREJAS**

Este conjunto aglutina entidades que estão vinculadas à Confederação Nacional de Bispos do Brasil e as que também se orientam pelos princípios da Teologia da Libertação. O Conjunto é composto por entidades que se desenvolveram no período pré-64 e que vieram se estabelecendo ao longo da ditadura militar e que ainda mantêm grande inserção junto aos trabalhadores do campo do Brasil. Algumas destas entidades ainda estão em plena atividade, outras se desfizeram, dando origem a novas, como é o caso da ACR (Animação Cristã Rural).

### **Série CNBB**

A Confederação Nacional dos Bispos é o órgão máximo na estrutura da Igreja Católica no Brasil. Esta série aglutina dossiês de suas instâncias e também de organizações vinculadas a ela, e que propõem a organização dos trabalhadores rurais e operários urbanos com base na justiça cristã. Compõe-se de dois dossiês (CNBB, CNBB/regionais) e três sub-séries (Pastoral do Migrante, Sorpe, Pastoral Operária).

A sub-série Pastoral do Migrante apresenta estudos e proposições sobre a situação dos trabalhadores migrantes no Brasil. Desde o grande fluxo rural-urbano das décadas de 60 e 70, a organização acompanha o desenvolvimento das relações de trabalho que influem diretamente na situação do trabalhador migrante. Compõe-se de dossiê único que abrange o período de 1985 a 2004.

A sub-série Pastoral Operária acompanha a situação dos trabalhadores operários nas diversas regiões brasileiras, recebendo denúncias e dando apoio nas situações extremas, como em greves, manifestações e negociações. Compõe-se de dossiê único abrangendo o período de 1981 a 1988.

Sub-Série Sorpe está organizada em dossiê único, abrange o período de 1964 a 1971. O Sorpe, Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, era uma instituição que atuava em Pernambuco para a formação dos trabalhadores rurais. Suas ações eram norteadas pela preocupação de construir uma metodologia que desse conta da educação popular. A entidade teve importante papel na construção da Fetape.

### **Série Comissão Pastoral da Terra (CPT)**

A série Comissão Pastoral da Terra é composta por 14 dossiês, distribuídos de acordo com a produção de cada regional da CPT. Essa organização valoriza a procedência do documento, de forma a enfatizar as especificidades de cada localidade de atuação, o que propicia a aquisição de informações de cada estado, município, localidade distrital ou conflito. Os dossiês possuem subdivisões internas, a fim de simplificar a busca pelos consulentes, delimitando a produção de materiais voltados ao estudo, à formação, aos atos e manifestações políticas, aos encontros e simpósios, bem como possibilita visualizar a conexão e solidariedade entre as diversas áreas de atuação. As regionais estão divididas conforme a organicidade da CPT e de acordo com o universo documental do acervo. São elas: Secretariado Nacional, Regional NE III/BA, Pará, Norte III/Araguaia-Tocantins, Rio Grande do Sul, Maranhão, Rio de Janeiro e Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, Goiânia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Santa Catarina e Paraná.

Alguns temas que são de maior importância para o fundo foram tratados de forma diferenciada e modelados de acordo com a especificidade do Núcleo. São eles: Barragens, Assembléias Nacionais da CPT (pois conjugam todas as regionais), UDR, levantamentos

nacionais sobre conflitos (condensam todas as informações repassadas pelas regionais). Há boletins que são produzidos por cada regional e que vêm apontados como anexos nos diferentes dossiês. Eles poderão ser consultados na listagem anexada à planilha do dossiê. Internamente, os dossiês têm a seguinte estrutura: Formação e estudo, Boletins, Publicações, Encontros, Conflitos específicos de cada região (ex. Conflito na Fazenda São José da Boa Morte – Rio de Janeiro).

### **Série ACR**

Esta série é composta de dossiê único que traz as atividades da Animação dos Cristão no Meio Rural, no período de 1965 a 1978. Vinculada à CNBB, a entidade, de atuação no Nordeste brasileiro, propunha-se a organizar e mobilizar os trabalhadores rurais daquela região, realizando pesquisas e ações que serviam de subsídios à formação e ao “ânimo” dos trabalhadores rurais, constituindo-se como um importante meio para a denúncia das situações extremas vividas pelos mesmos. Em separado há a publicação Grito do Nordeste principal instrumento para a origem desta organização.

### **Série ACO**

Organizada em dossiê único, a série Ação Católica Operária traz a ação da organização junto ao operariado urbano do nordeste, datada de 1966.

### **Série CIMI**

A série Conselho Indigenista e Missionário aponta a proposta de evangelização junto aos grupos indígenas brasileiros em 1984.

### **Série Igreja Latino-americana**

Em dossiê único aponta a ação da Igreja Católica na América Latina, datada de 1985.

### **Série (CONIC)**

Em dossiê único, a série Conselho Nacional de Igrejas Cristãs aponta a ação do Conselho no ano de 1988.